

Nota do governo brasileiro a SUMAÚMA

O Governo Federal atua de forma coordenada para garantir a segurança do povo indígena Ashaninka, proteger suas lideranças e reforçar a presença do Estado na Terra Indígena Rio Amônia, no Acre, região de fronteira entre o Brasil e o Peru.

Assim que tomou conhecimento das denúncias de incursão armada e ameaças, adotou medidas emergenciais de segurança, com o envio do Exército e do Grupo Especial de Operações em Fronteira (Gefron) à região e a abertura de inquérito pela Polícia Federal.

A PF também ampliou sua atuação por meio da Operação Atalaia do Juruá, iniciada em 20 de julho. A operação reúne mais de 60 agentes de órgãos federais e estaduais, duas aeronaves, embarcações e outros meios logísticos, com atuação simultânea em áreas remotas e de difícil acesso.

A ação busca prevenir e reprimir incursões em terras indígenas, a atuação de organizações criminosas, o tráfico de drogas, os crimes ambientais e outros ilícitos transfronteiriços no Vale do Juruá. Outras ações operacionais estão previstas ao longo do ano para intensificar a presença estatal na faixa de fronteira.

Articulação interministerial

Após receber, em 20 de julho, ofício encaminhado pelo povo Ashaninka, a Secretaria-Geral da Presidência da República acionou o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para organizar uma resposta conjunta às demandas das comunidades.

Nos dias 23 e 24 de julho, lideranças Ashaninka participaram, em Brasília, de reuniões no MPI e no MJSP com representantes da Secretaria-Geral, da Polícia Federal, da Funai, do MPI, do MDHC, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e de diferentes secretarias do MJSP, entre elas Senasp, Senajus, Saju e Senad, além da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável e da Comissão Transfronteiriça.

No primeiro encontro, as lideranças entregaram dossiê com informações sobre invasões, ameaças e atuação de grupos criminosos na região. Como encaminhamentos, foram definidos:

- instalação, pelo MPI, de Mesa de Diálogo permanente para acompanhar as denúncias e coordenar as providências dos órgãos federais;
- envio do dossiê à Casa Civil e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- articulação, no MDHC, de medidas para ampliar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e reforçar a proteção das lideranças ameaçadas;

- consolidação, nas próximas semanas, das respostas dos órgãos federais às demandas apresentadas, sem prejuízo das ações emergenciais e operacionais já em curso.

Na reunião do dia 24, foram aprofundadas as demandas de segurança na região de fronteira. A Senad apresentou as ações previstas no Programa Território Seguro, Amazônia Soberana, voltadas à prevenção, ao acesso a direitos e à proteção social no Vale do Juruá.

As informações e solicitações apresentadas pelas lideranças serão encaminhadas aos órgãos competentes para análise e adoção das providências cabíveis, em continuidade à atuação articulada do Governo Federal para a proteção do povo Ashaninka e de seu território.

Memorando de Entendimento

As medidas adotadas no território e a articulação entre os órgãos federais são complementadas pelo fortalecimento da cooperação com o Peru, diante dos desafios comuns para a proteção dos povos indígenas e de seus territórios na região de fronteira.

Nesse contexto, foi assinado, na semana passada, Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério da Cultura do Peru. O acordo, que começou a ser construído em 2024 e deverá ser publicado nas próximas semanas, é voltado à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato.

O memorando prevê o intercâmbio de informações sobre ameaças comuns, o fortalecimento das ações de identificação, monitoramento e proteção dos territórios, o desenvolvimento de protocolos de atuação e a realização de ações conjuntas de capacitação e cooperação técnica.

Com vigência inicial de três anos, renovável por acordo entre as partes, o instrumento também prevê a elaboração de um plano de trabalho e a criação de uma coordenação permanente entre as instituições dos dois países para acompanhar a execução das ações.

A atuação do Governo Federal seguirá de forma articulada, com diálogo direto com o povo Ashaninka e adoção das medidas necessárias à proteção das comunidades, das lideranças e do território indígena.

Defeso eleitoral

O período de defeso eleitoral não impede nem limita a adoção, pelo Governo Federal, das providências necessárias à proteção do povo Ashaninka. As restrições previstas na legislação eleitoral dizem respeito, sobretudo, à publicidade institucional e à comunicação dos atos governamentais, e não à execução de políticas públicas, ações de segurança ou medidas emergenciais de proteção de pessoas e territórios.

Por essa razão, não procede a informação de que o Governo Federal poderia deixar de atuar no território Ashaninka em 2026 em função do

calendário eleitoral. Conforme relatado em nota anexa, medidas concretas já foram adotadas tanto na região do Alto Juruá quanto em Brasília, com a mobilização e a articulação dos órgãos competentes.

A legislação eleitoral será integralmente observada, sem prejuízo do dever permanente do Estado brasileiro de proteger os povos indígenas, enfrentar organizações criminosas e garantir a segurança na faixa de fronteira.